



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MIKELLY ALICE MARIA DA SILVA

**GESTÃO E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA DA UFRPE**

**RECIFE
2021**

MIKELLY ALICE MARIA DA SILVA

**GESTÃO E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA DA UFRPE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção de título de licenciada em Pedagogia. Orientada pela Prof.^a Bruna Tarcília Ferraz.

RECIFE

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

MIKELLY ALICE MARIA DA SILVA

GESTÃO E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFRPE

Data da Defesa: 23/11/2021

Horário: 09:00 horas

Local/Plataforma: Google Meet

Banca Examinadora:

Prof./^a Dr/a. Bruna Tarcila Ferraz - Orientador/a

Prof./^a Dr/a. Ana Paula de Avelar Brito - Examinador/a Interno/a

Prof./^a Dr/a. Michelle Beltrão Soares Sales - Examinador/a Externo/a

Resultado: () Aprovado/a

() Reprovado/a

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586g SILVA, MIKELLY ALICE MARIA DA
GESTÃO E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFRPE /
MIKELLY ALICE MARIA DA SILVA. 2021.
58 f.

Orientador: BRUNA TARCILIA FERRAZ.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Licenciatura em Química, Recife, 2021.

1. Gestão educacional. 2. Inclusão de alunos com deficiência. 3. Ensino superior. I.
FERRAZ, BRUNA TARCILIA, orient. II. Título

CDD 540

AGRADECIMENTOS

*Lembre da minha ordem: “Seja forte e corajoso!
Não fique desanimado, nem tenha medo,
porque eu, o SENHOR, seu DEUS, estarei com
você em qualquer lugar para onde você for!”*

(Josué 1.9)

Gratidão, gratidão e mais gratidão! Ecoa em mim brados de alegria, contentamento e agradecimento por ter chegado até aqui. Ao meu amigo Jesus, que para mim só reserva grandes projetos e me faz andar em lugares altos. Obrigada meu pai, a ti minha devoção é eterna. Almejo o dia em que te verei e desfrutaremos do nosso lar junto, meu tesouro maior!

Agradeço a todos os professores que me ensinaram até aqui nesta pesquisa, em especial, minha orientadora Profa. Bruna, que nunca me deixou desistir dizendo que eu conseguiria, me orientando, me amparando e respeitando o meu tempo.

Agradeço a minha família, minha Mainha e meu Painho, sem eles eu nada seria, são para mim as pessoas mais importantes e melhores do mundo, que na sua simplicidade, me educaram e sempre investiram em mim. A melhor coisa é quem tem seu pai e sua mãe, amo vocês por toda a vida e eternidade.

Agradeço também a minha irmã Natali, pelo seu amor e proteção de irmã mais velha, uma referência em minha vida, meu orgulho. Ao amor da minha vida. Aos meus primos e primas, amigos e amigas, família de uma forma geral, que seja em uma oração, palavra de incentivo, xerox, leitura ou até mesmo em um lanche, também contribuíram bastante para este trabalho.

Agradeço pela vida de Luciene, Edson e em especial a minha querida amiga Fátima, que me inspiraram na escolha desse tema. Esse trabalho também é por vocês, pela admiração que sinto e pela contribuição que pretendo deixar para que os rumos das pessoas com deficiência no ensino superior tornem-se cada vez mais inclusivos, igualitários, democráticos e justos.

Agradeço ao meu pequeno príncipe, que nasceu para trazer vida em mim. É por você cada noite em claro, cada hora extra, cada luta, para te oferecer uma infância feliz e que, dessa forma, você se torne um adulto próspero. Eu te amo com a minha alma e agradeço todos os dias a Deus por ter me dado você, filho.

DEDICATÓRIA

Como flechas nas mãos do guerreiro são os filhos nascidos na juventude.

Salmos 127.4

Ao meu filho, Davi.

RESUMO

O trabalho analisou a relação da gestão do curso e inclusão dos alunos com deficiência do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Além disso, buscou identificar a concepção da gestão do curso sobre a inclusão de alunos com deficiência, os caminhos de democratização, acesso, qualidade e permanência desses estudantes, bem como compreender os desafios sobre as perspectivas dos gestores em relação à inclusão dos alunos com deficiência no Ensino Superior. Por meio da revisão da literatura, procuramos construir o referencial teórico através de uma discussão que trouxe problematizações a respeito da inclusão na universidade. Para o alcance do objetivo proposto, a pesquisa foi de cunho qualitativo e teve início com a fase exploratória, apreensão das informações por meio da análise documental sobre o PPC do curso e, para enriquecer a discussão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores e com a auxiliar administrativa. A análise de Discurso foi utilizada como metodologia de tratamento das informações colhidas com a pesquisa.

Palavras-Chave: Gestão educacional. Inclusão. Alunos com deficiência. Ensino superior.

ABSTRACT

The word analyzes the relationship between the management and inclusion of students with disabilities at the higher education level presente in the degree course in pedagogy at the Federal Rural University of Pernambuco. In addition, it seeks to identify the conception of the management of such a course on the inclusion of students with disabilities, the paths of democratization, access, quality and permanence of these students, as well as to understand the challenges on the perspectives of managers regarding the inclusion of students with disabilities. Through a literature review, we sought to build the theoretical framework through a discussion that raises questions about inclusion in the university. To achieve the proposed objective, the research was a qualitative and began with the exploratory phase, gathering the information through document analysis on the PPC of the course and, to enrich the discussion, semi-structured interviews were conducted with the coordinators and with the administrative assistant. Discourse analysis is used as a method for processing the information collected from the research.

Keywords: Educational management. Inclusion. Students with disabilities. University education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa:p.34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Análise de Discurso

BC – Biblioteca Central

IES – Instituição de Ensino Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MEC/GM – Gabinete do Ministério da Educação

NACES – Núcleo de Acessibilidade

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

SEESP – Secretaria de Educação Especial

TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento

UAEADTec – Unidade Acadêmica de Educação a distância

UACSA – Unidade Acadêmica Cabo de Santo Agostinho

UAG – Unidade Acadêmica Garanhuns

UAST – Unidade Acadêmica Serra Talhada

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – Gestão no olhar da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior.....	16
1.1 Gestão, democratização e inclusão na educação superior: caminhos para democratização do acesso, permanência e qualidade	19
1.2 A Gestão no Ensino Superior e a inclusão de alunos com deficiências: situando aspectos de aprendizagem.....	23
1.3 Educação inclusiva na educação superior: situando desafios e perspectivas.....	26
CAPÍTULO II – Os caminhos da pesquisa.....	31
2.1 O universo pesquisado	32
2.2 Sujeitos pesquisados	33
2.3 Meios e instrumentos de coleta de dados.....	35
2.4 Metodologia de Análise.....	36
CAPÍTULO III – Perspectivas da gestão do curso de pedagogia sobre a inclusão de alunos com deficiências: avanços e desafios.....	38
3.1 Concepção da gestão sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior	38
3.2 Acesso e permanência dos estudantes com deficiência no curso de pedagogia (presencial) UFRPE-Sede.....	43
3.3 Desafios e perspectivas para inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A	60
APÊNDICE B	61
ANEXO 1.....	62

INTRODUÇÃO

A diferença é o que nos une

*Para ver melhor amigo use o coração
Enxergar o que é belo sem usar a visão
Pare pra escutar que no silêncio há uma canção
deixa bater no peito o tambor da vibração
Quem disse que não podemos? Nunca duvide de
nós! Somos especiais quase super-heróis
Nosso corpo fala preste muita atenção
Não precisa palavras para comunicação
Tantas são as formas de cruzar a imensidão
Mostrando pro mundo nossa superação
Quem disse que não podemos? Nunca duvide de
nós! Somos especiais quase super-heróis
Um pouco de carinho e de bondade
para ver que a diferença é o que nos une de verdade
E mesmo sendo assim ou sendo assado
o amor se multiplica e se espalha por todo lado
(MUNDO BITA)*

Este trabalho buscou explorar a visão da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE sobre a inclusão de alunos com deficiência, sobretudo as questões sobre inclusão, democratização do ensino, acesso, qualidade e permanência do discente ao longo da trajetória acadêmica. Para tal, foi importante definir o que entendemos por inclusão, acesso, acessibilidade, deficiência, para, enfim, chegarmos no debate sobre gestão.

As percepções dos gestores acerca da presença do estudante com deficiência na universidade refletem tanto sobre a educação como direito para todos conforme a lei, quanto sobre os tensionamentos, dúvidas, desafios, angústias etc., sobre esse processo. As discussões sobre a relação entre os imperativos legais da inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior influenciam os gestores na definição de políticas institucionais. Com

efeito, torna-se pertinente analisar as experiências dos coordenadores sobre o ingresso de estudantes com deficiência na universidade. Isto é, onde a inclusão dos alunos com deficiência está permeada, pelos discursos amparados numa visão problematizada, e em que os avanços na democratização e a expansão do acesso à universidade precisam ser trabalhados.

Nos últimos vinte anos, conceitos como exclusão e inclusão educacional tornaram-se cada vez mais recorrentes nas pesquisas, documentos oficiais e na fala de gestores e professores. O acesso de estudantes com deficiência na educação superior repercute nas práticas de gestão universitária, no que se refere aos direitos desse público. O que seria então, um estudante com deficiência?

A deficiência envolve tanto os impedimentos (físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais) quanto as barreiras (físicas e simbólicas). A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), acrescenta ainda que a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Daqui decorrem várias espécies ou classificações de deficiência, como a física, auditiva, visual, psicossocial, ou seja, para que se considere pessoa com deficiência, ao contrário do senso-comum, nem sempre o impedimento será visível ou aparente, essa é uma característica que pode ser comum na deficiência física, mas não na deficiência mental, por exemplo.

Portanto, trata-se do conceito social da deficiência e não mais estritamente médico. Assim, o fator médico é um dos elementos do conceito de deficiência (o impedimento), que em interação com as barreiras presentes na sociedade passa a gerar a obstrução ao pleno convívio social. Não é a pessoa, portanto, que apresenta uma deficiência, mas a sociedade e o meio.

Então surge uma tridimensão no que tange à pessoa com deficiência, que seria: o acesso, a acessibilidade e a inclusão. Sem dúvidas, o acesso é o primeiro passo e ele vem sendo dado com certa regularidade. No entanto, quando a discussão gira em torno da acessibilidade e a inclusão, parecem caminhos tortuosos e distantes. Qual a diferença entre acesso e acessibilidade? O primeiro diz respeito sobre a criação de condições legais e direitos igualitários, em linhas gerais, reivindica a democratização do ensino. O segundo tem relação com as

medidas práticas, com as ações das instituições que deem conta de oferecer as oportunidades necessárias para as pessoas com deficiência.

Ao pensarmos sobre o Ensino Superior que obteve um grande salto no número de matrículas de pessoas com deficiência nos anos mais recentes, pensamos: reformar os prédios de modo que a chegada do estudante seja confortável é o mínimo, mas como inserir este estudante? Como auxiliá-lo? Os métodos de ensino e avaliação devem continuar os mesmos? Entramos então, num ponto crucial deste trabalho, que foi entender a gestão como fomentadora da inclusão da pessoa com deficiência.

Para Janela (2010) gestão é entendida como órgão que operacionaliza e implementa as orientações e políticas das instituições de ensino, podendo ser centralizadora, controladora, produtivista, ou de outro modo, democrática, autônoma e participativa, o que eleva o seu compromisso com os interesses da coletividade. Logo, a gestão é de grande importância para inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior para que se promova um espaço institucional pleno em igualdade de direito.

A reflexão sobre assuntos de políticas públicas de ensino é de grande valia para que se entenda o lugar do sujeito na sociedade, suas interferências e sua participação. No que se refere às políticas públicas educacionais, sabe-se que, tomando como base a legislação, são elas que regulam e orientam o sistema de ensino, representando “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (PETERS apud. SOUZA, 2006, p.24).

Em nossos dias, acredita-se e luta-se para que não se negue o direito pleno em diversos ambientes institucionalizados aos alunos com deficiências, que se valorize as diferenças como possibilidade de diferentes caminhos de aprendizagens individual e coletiva. Configura-se assim o cenário de inclusão desses estudantes, que precisa estar presente seja qual for a modalidade e etapa de ensino.

Diante desse contexto, foram surgindo várias inquietações da pesquisadora, como: qual o papel da gestão do curso para com os estudantes

com deficiência em sua jornada acadêmica? Como acontece a participação efetiva da gestão do curso em relação ao acesso, qualidade e permanência para os alunos com deficiência? Quais os desafios da gestão atuante para a inclusão de alunos com deficiência no curso de pedagogia da universidade em estudo?

A partir do exposto, foi originado o seguinte problema de pesquisa: Como a gestão do curso contribui para o processo de inclusão dos alunos com deficiência no curso de Licenciatura em Pedagogia? Diante do problema apresentado para a investigação foram elaborados os seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivos

Geral:

Analisar a gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE em relação à inclusão dos alunos com deficiências.

Específicos:

I - Identificar a concepção da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a inclusão dos estudantes com deficiências.

II - Verificar na gestão do curso os caminhos para democratização, acesso, qualidade e permanência no curso dos alunos com deficiência.

III - Compreender os desafios e perspectivas da gestão do curso, sobre a educação inclusiva no Ensino Superior.

O interesse pela temática surgiu a partir das observações na sala de aula como acadêmica do curso de licenciatura em pedagogia da universidade pesquisada e o afeto e leitura sobre a atuação da gestão em relação a inclusão de alunos com deficiência. Esse interesse evoluiu para a necessidade de compreender como se estabelece a relação da gestão no ensino superior com os alunos com deficiências, em especial, no curso de pedagogia da UFRPE.

Esta pesquisa considerou, ainda, a importância de conhecer o PPC do

curso, a reflexão dos coordenadores do curso sobre o assunto, e por entender que gestores têm posição importantíssima na contribuição da formação de novos cidadãos. E para que a atuação de um docente na área da gestão possua um impacto positivo, é fundamental para a sua formação o conhecimento sobre uma gestão com o olhar voltado para a inclusão de alunos com deficiências no campo da educação.

Esse conhecimento permite que o futuro profissional adquira uma visão crítica do seu próprio desempenho na realização do seu trabalho, dos seus deveres e direitos, de sua autonomia, da sua importância social em prol da luta por uma educação de qualidade, com equidade, e de uma gestão democrática atuante. Assim deve ser o olhar da gestão em relação a inclusão de alunos com deficiência que colaborem para um bom funcionamento da universidade e as atuações presentes no espaço acadêmico de todos os alunos igualmente.

Considera-se a relevância deste trabalho para a formação de professores que pretendem atuar tanto na educação básica quanto em espaços do ensino superior, tendo em conta que estamos trazendo para a reflexão um debate construtivo sobre a temática, sobre a participação da gestão no ensino superior, no caso específico, em relação aos alunos com deficiência e em que interfere essa participação no cotidiano desses alunos na universidade.

Desse modo, é esperado que o trabalho possa ampliar as discussões sobre a temática da gestão e inclusão nas IES, promovendo uma análise crítica sobre avanços e desafios oriundos dessa relação. Analisar as contribuições da gestão no desenvolvimento desses alunos, e contribuir para uma melhor compreensão sobre a gestão no ensino superior com relação aos estudantes com deficiência.

Composto por três capítulos, o trabalho se inicia com uma abordagem teórica sobre a gestão no olhar da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior, destacando: a democratização na educação superior: caminhos para o acesso, permanência e qualidade e situando aprendizagem, desafios e perspectivas. Na sequência, o segundo capítulo descreve o percurso metodológico da pesquisa, a natureza, o universo, os sujeitos pesquisados, bem

como os meios e instrumentos de coleta de dados e a ainda a metodologia de análise. No terceiro capítulo, reconhecendo que não está sendo esgotada a discussão, faz-se análise dos resultados obtidos com o processo investigativo, e posteriormente apresentamos nossas considerações finais.

Nesse processo, buscou-se situar desafios e perspectivas da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE e as demandas para com os alunos com deficiências, a partir dos coordenadores do curso, problematizando a relação, através do entendimento sobre a concepção de inclusão e práticas inclusivas existentes no âmbito da gestão do curso.

CAPÍTULO I – Gestão no olhar da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior

Sassaki (2003) elaborou um quadro com as nomenclaturas (termos e siglas) que buscavam designar as Pessoas com Deficiência, do século XX aos dias atuais. Essa cronologia é importante porque demonstra a preocupação e o cuidado em não colocar a Pessoa com Deficiência na invisibilidade. Na década de 1960 a nomenclatura para designar pessoas com deficiência eram “Incapacitados”. Pouco tempo depois, entre 1960 e 1980, as nomenclaturas “Defeituosos; deficientes e Excepcionais” surgiram quando ocorreu uma tentativa mais frutífera para os direitos sociais.

Na década de 1980 houve a mudança do termo "indivíduo" para "pessoa". Isto é, Pessoa Deficiente. Existiu, nesse contexto, a declaração em 1981 do Ano Internacional da Pessoa Deficiente. A partir daí, alguns termos, que hoje ainda pairam na linguagem popular, ficaram mais em evidência, como o de 1988: "Pessoa Portadora de Deficiência", ou da década de 1990: "Pessoas com Necessidades Especiais". Somente em 1994, após a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) surgiu a nomenclatura que até os dias atuais possui grande aceitação: "Pessoas com Deficiência".

Neste caminho, a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, registra a mudança da nomenclatura de Pessoa portadora de Deficiência para Pessoas com

Deficiência, a fim de compreender as diferenças em um contexto de diversidade, complexidade e promover a igualdade de tratamento. Atualmente a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva – MEC/2008 – define como público-alvo os

[...] alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento das necessidades educacionais especiais desses alunos.

A respectiva Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva – MEC/2008 – descreve o seu público alvo com as seguintes considerações:

considera-se *pessoa com deficiência* aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade, os *alunos com transtornos globais de desenvolvimento* são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes de espectro do autismo e psicose infantil. *Alunos com altas habilidades/superdotação* demonstram potencial elevado em qualquer umas das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectualidade, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas de seu interesse (BRASIL/MEC/SEESP, 2010, p.20).

Após um trabalho de revisão da literatura sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, Melo e Reis (2020), recorrem aos estudos coletados Pletsch e Leite (2017), e observam que os dados do Censo 2015 (INEP, 2018) assinalam que os alunos com deficiência representam 0,4% das matrículas da Educação Superior. Ainda que seja número pequeno, essa quantidade corresponde a um crescimento de 520% nas matrículas desse público, referente ao período de 2004 a 2014. Ao pensar sobre o cenário do meio universitário, perguntamos: A natureza da deficiência interfere na forma como a inclusão é feita? Incluir um estudante cego é diferente de incluir um estudante surdo? Por

que?

O IBGE divulgou neste ano a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 e trouxe alguns dados interessantes para problematizarmos não apenas a grande parcela de pessoas com deficiências presentes em nossa sociedade, como também dados importantes sobre o nível de escolaridade de tal grupo. A pesquisa contabilizou 17,3 milhões de pessoas com deficiência no país e quase metade dessa população (49,4%) é idosa (mais de 60 anos de idade). Cerca de 67,6% das pessoas com deficiência com 18 anos ou acima não possuíam nenhum grau de escolaridade ou tinham somente o fundamental incompleto.

Na população brasileira em geral, esse dado é 30,9%. As pessoas sem deficiência também possuem o triplo de chance de concluírem o nível superior, em comparação com as pessoas com deficiência. Segundo a analista da pesquisa, Maíra Lenzi, isso se deve:

a dificuldade que essas pessoas têm no acesso à educação desde o início de seu percurso acadêmico, seja pela falta de acessibilidade ou de tecnologias assistivas, seja pela falta de preparo das escolas para lidar com a diversidade em salas de aula. É importante ter conhecimento e condições que permitam que essas pessoas tenham condições de participar na escola, ser incluída, e ter acesso à informação. A educação é um direito da pessoa com deficiência. Daí a importância desses dados para contribuir para a formação de políticas públicas adequadas para as pessoas com deficiência (LENZI, 2021, s/p).

Apenas 5,0% das pessoas com deficiência com 18 anos ou mais, conseguiram concluir o ensino superior. Em relação às pessoas sem deficiência, esse número chega a 17%. No caso da população com deficiência mental, a discrepância é ainda maior: esse grupo teve o menor percentual de pessoas com pelo menos o ensino médio completo (10,5%) e o maior percentual sem instrução ou ensino fundamental incompleto (78,4%).

A inclusão no mercado de trabalho também é diferente para pessoas com deficiência. Apenas uma a cada quatro pessoas dessa população em idade de trabalhar (25,4%) estava ocupada em 2019. O nível de ocupação da população em geral era, à época, de 57,0% e, entre as pessoas sem deficiência, 60,4%. Em 2019, apenas 28,3% das pessoas com deficiência acima de 14 anos estavam na

força de trabalho, ao passo que esse percentual era de 60,0% para a população sem deficiência. Também entre a população com deficiência, há diferenças no nível de ocupação a depender do tipo de deficiência apresentada.

As pessoas com deficiência visual (32,6%) e auditiva (25,4%) estão mais presentes no mercado de trabalho do que as que tinham deficiência física nos membros superiores (16,3%) ou as que tinham deficiência física nos membros inferiores (15,3%). Mas, também nesse indicador, as pessoas com deficiência mental ficaram em situação mais desigual: apenas 4,7% delas estavam ocupadas.

Com essas informações recolhidas do estudo da PNS podemos perceber que há certos desníveis entre as deficiências. Isto não é novidade. A questão fundamental é que o número de pessoas diplomadas com deficiência é muito baixo. Assim, voltamos de novo à discussão levantada ainda na introdução a respeito da tridimensão entre acesso, acessibilidade e inclusão.

Não cabe aqui imaginar números aleatórios, mas faz sentido considerar que o número de diplomados seria muito maior se essa tridimensão ocorresse de forma eficaz. Ao mesmo tempo que a inclusão de alunos com deficiência ainda se faz de lutas e conquistas, de um modo geral, também é insuficiente, o que gera, obviamente, um número baixo de discentes com deficiência no ensino superior.

1.1 Gestão, democratização e inclusão na educação superior: caminhos para a democratização do acesso, permanência e qualidade

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”
PAULO FREIRE

Antes de abordarmos a inclusão na educação superior, vale destacar, em linhas gerais, o que vem a ser a inclusão num espaço educacional. Que recursos dispomos para garantir o acesso e aprendizado de estudantes com algum tipo de

deficiência? Como promover uma educação inclusiva em todos os níveis? O que é de fato uma educação inclusiva? Para a professora da Unicamp, Maria Teresa Mantoan, a inclusão passa a existir quando a pessoa com deficiência ingressa no ambiente escolar e não encontra barreiras. Ou seja, é acolhido como todo e qualquer aluno. Tudo aquilo que venha a centrar a questão da matrícula, por exemplo, na deficiência, deve ser evitado. Pelo modelo atual de interpretação da deficiência, ela não recai sobre a pessoa, mas sobre o ambiente, o meio em que ela vive, isto é, nas barreiras que impedem que essa pessoa ou qualquer outra possa atuar segundo as suas possibilidades.

O importante é que a universidade pense que não existe um modelo de enquadramento para essas pessoas. Cada uma, independente de possuir deficiência, tem suas particularidades.

A preocupação de enquadrar alguém em determinado tipo de atendimento, ou mesmo de acolhimento, pode corroborar para a estigmatização ou mesmo desconsiderar quem ela é, ou seja, um ser humano como qualquer outro. Em relação à questão normativa, o acolhimento de acordo com a legislação, é destacado na Constituição como documento maior, considerado para afirmar que o Brasil do ponto de vista da educação é um país inclusivo.

No entanto, a operacionalização dos textos legais acerca da educação inclusiva levanta os desafios concretos e cotidianos para a consolidação das diretrizes das políticas. Sem dúvida gestores públicos devem se debruçar sobre a questão e encontrar as possibilidades, os entraves e principalmente os pontos a serem transformados. Por exemplo, a nossa Política Nacional de Educação Especial que orienta as redes para que possam executar os trabalhos nas unidades de ensino, espera também que os professores e gestores saibam dessas políticas para que se alinhem os projetos da rede a essa ideia normativa.

A discussão a respeito do tema sobre a gestão educacional ganhou evidência no Brasil a partir da década de 1990. No que se refere à concepção de gestão educacional, acontece uma substituição do termo administração e o conceito de gestão supera a visão puramente administrativa dando maior abrangência ao significado e entendimento da questão. Para Luck (2006, p.35):

gestão educacional corresponde ao processo de gerir a

dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

Apesar das transformações pelas quais passa a educação superior, a expansão não democratizou efetivamente esse nível de ensino, que historicamente evidencia marcas de seletividade e de exclusão. O acesso, a permanência e qualidade de ensino de estudantes com deficiência são potencializados por políticas de inclusão e acessibilidade, o que vai além de determinações legais e até mesmo da boa vontade ou possibilidades dos gestores das instituições de educação superior.

Fica evidente o conceito de pessoas com deficiência presente na Lei 13.146/15, que, em seu artigo 2º, expressa: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Assim, o entendimento da deficiência deixa de estar focado no sujeito, para ser considerada pelo viés social que, devido à precária acessibilidade, produz limitações. E é nessa percepção que as universidades necessitam aderir à proposta de inclusão. Para Sassaki (1997) inclusão social é:

o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual, as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

O sistema educacional a partir da década de 1990 está amparado

legalmente no discurso inclusivo, baseado nos princípios democráticos da igualdade, equidade e diversidade. Porém, não é só dos documentos legais que precisamos para que se chegue a uma instituição que de fato exerça práticas inclusivas como também de um planejamento na organização institucional com uma atenção para com os estudantes com deficiências.

O movimento pela inclusão no ensino superior surgiu na década de 1990 por meio de atos legais. No Brasil, sua primeira iniciativa foi por parte do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), com relação ao aluno com deficiências no Ensino Superior. A Portaria nº 1.793/94, recomendava a inclusão da disciplina “Aspectos Ético- Político Especiais”, com prioridade nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas.

A segunda iniciativa ocorreu em 1996 advinda do Aviso Circular nº 277 MEC/GM que solicita das Instituições de Ensino Superior (IES) a viabilização de condições de acesso aos candidatos com deficiências em seus concursos vestibulares. Em outras palavras, ficaria a cargo das IES o desenvolvimento de ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais, como de infraestrutura e de capacitação de recursos humanos, de modo a atender uma permanência de qualidade a esses alunos.

Em 1999, é instituída a Portaria nº 1.679/99 que trata dos requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições com o decreto nº 3.298/99 que estabelece as IES a necessidade de adaptar as provas e conceder os apoios necessários, inclusive esse aspecto aparece na Resolução CNE/CP N°1/2002.

Nesse sentido, falar sobre a democratização do acesso e a inclusão na educação superior implica em estabelecer políticas que beneficiam variados sujeitos sociais. Para demonstrar tal assertiva, especificamente a respeito da educação superior no Brasil, toma-se o Relatório 19392-BR – *Brazil: Higher Education Sector Study*, publicado pelo Banco Mundial em 30 de junho de 2000. Segundo esse documento,

o Brasil tem contribuído intelectualmente de maneira considerável para o desenvolvimento e reforma de seu sistema de educação superior e tem feito progresso significativo em importantes áreas. Esta seção do relatório (do Banco Mundial) sugere incrementos para avançar mais o que já foi implementado no Brasil, focalizando em objetivos estratégicos como o acesso, qualidade, relevância e eficiência (WORLDBANK, 2000, p. 46).

Os indicadores da educação escolar no Brasil resultam de processo histórico e, ao mesmo tempo, de políticas recentes no campo educacional. Nesse contexto, é preciso reconhecer que o acesso à educação superior no Brasil sempre foi um tema polêmico, especialmente porque, de um lado, confronta, perspectivas mais elitistas de contenção do acesso visando, em grande parte, a manutenção do prestígio dos diplomas e o status dos profissionais no mercado de trabalho e, de outro, perspectivas mais populares de ampliação do acesso, o que representa aspirações de largas camadas da sociedade, objetivando inserção profissional que garanta melhoria nas condições de vida e de ascensão social.

Criado em 1911, num movimento de contenção do acesso, o vestibular tinha como objetivo selecionar candidatos “aptos” para o ensino superior. A LDB confirma tendência de reforço à autonomia das universidades no tocante às formas de acesso dos concluintes do ensino médio aos cursos superiores, uma vez que essa autonomia havia sido decretada no governo Collor, em 1990 (Decreto nº 99.490/90), num contexto de crítica à “seletividade social promovida pelo vestibular”.

Com essa autonomia, observa-se que o processo de diversificação dos modelos de seleção nas IES intensifica-se; entretanto, isso não significa o fim do processo de elitização e de seletividade social.

1.2 A Gestão no Ensino Superior e a inclusão de alunos com deficiências: situando aspectos de aprendizagem

Neste contexto, consideramos importante as reflexões que possam de fato intervir para mudanças e transformações de posturas significativas e reais para o

enfrentamento de qualquer tipo de exclusão. Sendo assim, faz-se necessário voltarmos ao que vem a ser inclusão. Conforme Mantoan (2003, p.1):

inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro.

É importante considerar que, se o ingresso dos alunos com algum tipo de deficiência foi legitimado pelo exame vestibular ou processo seletivo, eles têm o direito de encontrar condições de permanência e conclusão do curso que levem em consideração as suas dificuldades. Ocorre que muitas vezes as instituições de ensino superior precisam trabalhar de forma atuante com o corpo docente, os objetivos e limites de suas atribuições.

Ao falar sobre as condições de permanência e evitar a evasão dos estudantes com deficiência, é necessário que estes sejam vistos como sujeitos particulares. Em outras palavras, a inclusão destes estudantes depende de como estarão dispostas as adequações estruturais e físicas para que sejam consideradas as particularidades de cada pessoa com deficiência. Com base no artigo de Wellichan e Souza (2017, p.150-152), a seguir abordaremos algumas recomendações para cada deficiência que podem auxiliar no processo de inclusão universitária:

1) Deficiência física: inicialmente é preciso verificar qual é a necessidade do aluno (espaço físico, recurso pedagógico ou mobiliário adequado), além de verificar se existe a necessidade de disponibilizar leitor/transcritor para a realização de provas, inclusive no vestibular, se este for o meio de acesso inicial ao ensino superior. Estando na universidade, o aluno vai precisar utilizar vagas em estacionamento sinalizadas, telefones públicos em altura acessível, rampas e elevadores, além de banheiros, mesas, cadeiras, balcão de atendimento, laboratórios e recursos pedagógicos adaptados e de acessibilidade ao computador (software especiais, equipamentos de entrada e saída etc.). Nas bibliotecas, é preciso espaço suficiente para que possa circular pelo espaço sem que se machuque ou encontre dificuldade quanto

a disposição do mobiliário. Em todos os momentos é preciso lembrar da importância da autonomia do indivíduo, portanto, é preciso saber quais as necessidades e estar pronto a oferecer sem que isso represente fazer por ele.

2) Deficiência intelectual: devido a sua especificidade, alunos com deficiência intelectual exigem diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, nesse caso, oferecer ao aluno um número reduzido de disciplinas por semestre pode auxiliar no desenvolvimento do curso, além disso, um lugar mais próximo ao professor pode contribuir para um melhor acompanhamento do rendimento do aluno. O papel do professor nesse caso é determinante, pois estímulos, compreensão, motivação, identificação das dificuldades e orientação são fatores que contribuem para o respeito à diversidade na sala de aula e demais ambientes. A aprendizagem cooperativa (trabalho em grupo, por exemplo) favorece as aulas práticas e os relacionamentos entre pessoas com e sem deficiência, desde que acompanhado pelo professor para que não haja distorções nesse sentido. O desenvolvimento de conceitos precisa ser bem trabalhado e por isso, o professor em sala precisa estar atento para disponibilizar modelos e materiais de apoio que podem auxiliar o aluno nessa construção.

3) Deficiência auditiva: o intérprete de Libras precisa existir dentro da universidade, e no caso do aluno com deficiência auditiva é preciso verificar a necessidade dele em sala de aula ou na resolução e acompanhamento de questões que possam vir a surgir no ambiente. É preciso lembrar que a língua portuguesa é sua segunda língua em alguns casos e por isso, o cuidado na exigência em avaliações precisa ser considerado e não esquecido. Nessa deficiência a disponibilização de recursos pedagógicos vai depender das necessidades que o aluno tiver, no entanto, cuidados simples precisam ser tomados tanto em sala de aula quanto na convivência de forma geral: falar pausadamente e sempre de frente para o aluno com a deficiência contribui para seu entendimento, uma vez que a leitura labial é também utilizada. A questão de termos técnicos específicos de cada área precisa ser acompanhada, pois dificuldades na compreensão de conteúdos podem comprometer o aprendizado, uma vez que podem ser inexistentes pela linguagem dos sinais.

4) Deficiência visual: para essa deficiência além dos fatores físicos e estruturais que podem representar facilitações ou dificuldades para o acesso ao campus e demais dependências, o aluno com deficiência visual vai precisar de recursos pedagógicos (softwares específicos (*DosVox*, *Virtual Vision*, *NVDA*, entre outros), provas em formato digital para realização em computadores com leitor/transcritor, por exemplo, material em fonte ampliada, fones de ouvido, material em Braille...). É preciso desde o primeiro momento verificar quais as necessidades desse aluno para que os recursos fiquem disponíveis e caso ainda não existam ali sejam

providenciados pela administração do campus o quanto antes. Para as bibliotecas, além da estrutura física favorável e dos recursos tecnológicos e pedagógicos já citados acima, é possível disponibilizar materiais em áudio ou em Braille. O ambiente precisa favorecer sua interação com autonomia, dessa forma, as adaptações que foram citadas no item de deficiência física também atendem ao deficiente visual em muitos momentos. Quanto a convivência, é importante perguntar ao aluno como pode ser ajudado, ele que deve direcionar a ajuda a sua necessidade.

Além desses quatro tipos de deficiência, as autoras também abordam que atualmente o Ensino Superior deve refletir sobre os alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD). Para Wellichan e Souza (2017), o recomendado para eles é que verifique junto ao aluno ou acompanhante a necessidade que possui, no entanto, cuidados como sinalização clara e objetiva (com figuras de apoio para auxiliar na associação das ideias), comunicação clara sem uso de metáforas, além de evitar mudanças bruscas no ambiente sem devida comunicação (mudanças de sala por exemplo) favorecem a convivência entre o aluno e a comunidade local.

Em sala de aula, independentemente do tipo de limitação que o transtorno apresente, o incentivo à convivência, a atenção e estímulo ao desenvolvimento do aluno e os cuidados na comunicação (clareza e objetividade) contribuem para que o aluno se sinta parte do ambiente e se desenvolva.

Ainda de acordo Wellichan e Souza (2017), alunos com altas habilidades ou superdotação não podem ser tratados com superioridade em detrimento de outros, por isso precisam ser tratados como os demais. A maior preocupação com tal aluno é a adequação curricular que precisa ser diferenciada e motivadora a fim de que esse aluno não desista do curso.

A questão do tempo de duração das avaliações é um fator importante que precisa ser bem pensado antes de ser definido, pois algumas deficiências (e transtornos) vão exigir um tempo maior devido ao uso de recursos na realização ou as próprias limitações de cada um. Diante disso, é preciso bom senso e respeito para não causar constrangimento ou a exclusão antecipada do processo (WELLICHAN & SOUZA, 2017).

É preciso lembrar também que a dificuldade na fala vai estar presente em uma ou mais associações de deficiência (ou transtorno) e diante disso, é preciso logo no primeiro momento verificar qual o meio de comunicação utilizado pelo

aluno a fim de oferecer o atendimento e apoio necessário. Para todos os casos citados acima, a comunicação ao corpo docente e administrativo sobre a existência desse aluno com suas particularidades e necessidades esclarecidas vão contribuir para que a inclusão aconteça sem constrangimentos ou desconhecimentos.

Assim, vemos que a sociedade atual exige que os períodos de segregação, exclusão, e integração sejam abandonados para que a inclusão possa de fato acontecer, e só se adequando às necessidades específicas de seus alunos é que será possível garantir os princípios de igualdade, equidade e justiça social (VELLOSA; MANZOLI, 2009).

1.3 Educação inclusiva na educação superior: situando desafios e perspectivas

No nosso país, ao contrário de outros países da América Latina, a criação de universidades foi atrasada. Segundo a sua história, em 1920, o governo federal instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, a partir da junção de escolas já existentes que, muito embora, continuaram a funcionar de forma isolada (MENDONÇA, 2000). Posteriormente, foram criadas outras universidades, a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, que importaram o modelo de cátedras e trouxeram professores do exterior.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, lançou as bases da concepção de Universidade com tríplice função: pesquisa, docência e extensão, e enfatizou o lugar central da pesquisa. Esse documento critica as instituições de ensino superior existentes até então, cujos objetivos não iam além da formação profissional (MENDONÇA, 2000; CHAUÍ, 2006).

Segundo Carvalho (2000), ao final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”.

Conforme as autoras Ferrari e Sekkel (2007) no seu artigo intitulado como:

Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio, o Brasil fez opção

pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990. Ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmou esse compromisso, e deu visibilidade às questões relativas à inclusão e exclusão na educação.

Ainda é carente a produção de pesquisas bem como a implantação de políticas para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Em 2006, a Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, recebeu 17 milhões em investimentos voltados à inclusão de indígenas, negros e pessoas com necessidades educacionais especiais. É interessante notar, todavia, que, desse total, apenas 1,5 milhão - menos de 10% dos investimentos - foram destinados a programas de acesso e permanência no ensino superior das pessoas com tais necessidades (BRASIL, 2006).

Conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão vão se tornando escassas se comparadas à discussão da temática na educação básica. Porém, esse cenário tem mudado, o tema da educação inclusiva volta-se para a questão da inclusão social das camadas mais pobres da população ou para as ações afirmativas, como as cotas para estudantes negros ou afrodescendentes, e inclusão de alunos com deficiência e necessidades especiais (SILVA, 2006; MOEHLECKE, 2004).

Dentro da esfera legal, as transformações, tanto na forma como nos objetivos do ensino superior, levaram à necessidade de uma nova reforma universitária, atualmente em curso no nosso país, e que tem, entre suas finalidades (BRASIL, 2005, p.1): (...) impedir a mercantilização do ensino superior, buscando criar mecanismos para garantir a qualidade e democratizar o acesso com políticas de inclusão social (...) e fortalecer o vínculo para a consolidação de um país democrático e inclusivo".

Glat e Nogueira (2003) exemplificam que a formação denominada clássica dos professores, sempre priorizou a existência de uma metodologia de ensino "universal", acreditando existir assim processos de ensino e aprendizagem "normal" e "saudável", sendo que essa concepção de normalidade gerou,

consequentemente, distinções do que seria "anormal" e "especial". Essa visão e separação preconceituosa é de certa forma o primeiro obstáculo, segundo os autores, para a efetivação da proposta da educação para todos.

Diante do exposto, a ideia da Educação para esses alunos implica em uma ação conjunta e responsável dos sujeitos do espaço acadêmico para que a inclusão dos alunos com deficiência se torne possível. Nesse contexto, essa ação conjunta engloba os próprios alunos, as famílias, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários, os gestores, o projeto político do curso (PPC), sendo necessário que haja uma participação efetiva de todos.

A presença de pessoas com deficiência no ensino superior é um novo desafio. O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja seu nível, não se dá por meio de uma padronização; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças. A participação de pessoas com deficiência em sala de aula pode ser uma contribuição para todos os alunos, visto que ao promover a reflexão sobre as práticas educacionais a partir das questões suscitadas no cotidiano da sala de aula, pode acarretar na flexibilização e reinvenção destas práticas (Ainscow, Porter, Wang, 1997; Sekkel, 2003, 2005).

Desde sua formação, à Universidade, como instituição social, é garantida a determinação da estrutura e do modo de funcionamento da sociedade de forma geral. É por isso que "vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo" (CHAUÍ, 2003, p.1). Isso se deve ao fato de a universidade moderna ter conquistado a autonomia de seu saber, diante da religião e do Estado, tornando-se uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber (CHAUÍ, 2003).

A gestão deve conhecer a legislação educacional e colocá-la em prática de um modo justo, no qual a construção da aprendizagem se dê de forma igualitária para todos, com o propósito de formar cidadãos autônomos, dignos e atuantes no meio em que vivem (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

Paro (2002) enfatiza que uma gestão democrática e participativa eficaz

valoriza a força do trabalho docente e garante condições para a prática deste trabalho, oferecendo um ambiente de trabalho adequado no qual a gestão está sempre que possível, disposta a ouvir os professores e conhecer suas propostas para a realização de um trabalho pautado no respeito e dignidade.

A gestão no ensino superior é uma liderança pedagógico-administrativo com o compromisso de criar uma cultura organizacional dentro da instituição. Deve ser comunicativo, gostar de trabalhar com pessoas, dinâmico, saber se relacionar, estar aberto ao diálogo, estar atualizado com os princípios da educação, suas diretrizes e fundamentos.

Administrar a Instituição de Ensino Superior (IES) de forma democrática tem por finalidade a formação e desenvolvimento dos alunos, com igualdade de oportunidade a todos em todos os níveis de suas potencialidades (LÜCK, 2006).

A gestão precisa de um olhar empático e solícito com a Educação Inclusiva, assim ele mobiliza a instituição como todo. A gestão também, tem como principal objetivo a aprendizagem significativa e formação integral de todos, e a oferta de meios de ensino de forma igualitária e justa, contribuindo para o respeito, e conhecendo seus alunos, o que pensam, o que precisam, sua realidade e até mesmo a comunidade em seu entorno.

Respeitar e entender o contexto da educação inclusiva é requisito necessário para orientar e conduzir a transformação de uma sociedade tradicionalmente excludente (TEZANI, 2004). Aranha (2004), acredita e sintetiza que a aplicação desses princípios ao reconhecer a diferença, é um princípio ético.

A Lei de Diretrizes e Bases, (BRASIL, 1996) diz que a educação inclusiva é uma modalidade e, desse modo, deve estar dentro do ensino comum e escola regular em todos os seus níveis; nesse sentido, toda instituição tem o dever de assegurar o acesso, permanência e continuidade dos estudos seja qual for a especificidade desse aluno.

Eliminar as barreiras tanto atitudinais como arquitetônicas é de total relevância, contexto no qual a autoestima, autoconfiança e empatia, é favorecida em conjunto com estratégias que realmente venham a atender as deficiências de cada estudante pensando em sua singularidade e respeitando-o (MANTOAN,

2006).

CAPÍTULO II – Os caminhos da pesquisa

*“Todas as histórias têm um fim, mas a minha continua...
Plantamos e nem sempre vemos o fruto do nosso trabalho
Completo, mas felizmente outros continuarão”
(Dorina Nowill)*

Neste capítulo apresenta-se o trajeto metodológico da investigação, elencando a natureza da pesquisa, o universo pesquisado, sujeitos pesquisados, meios e instrumentos de coleta de dados e a metodologia de análise. Pode-se dizer que a metodologia é o caminho do pensamento exercido na prática da aproximação da realidade. A metodologia é o centro da pesquisa e, quando a colocamos em prática, todo projeto construído com relação ao referencial teórico é validado. Segundo Minayo (1994, p. 19):

[...], a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições que orientam a obtenção e análise de dados e conceitos que veiculam seu sentido.

A partir da metodologia, é possível escolher os procedimentos que nos ajudam a construir o projeto de pesquisa, sendo de suma importância para a construção do aprendizado científico, pois "inclui as concepções teóricas de abordagem, que são conjuntos de técnicas que proporcionam a construção da realidade" (MINAYO, 1994, p.16).

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois busca entender o porquê das ações da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia em relação à inclusão de alunos com deficiência pertencentes a uma universidade pública federal de Pernambuco. Além disso, pode-se ter uma visão mais clara sobre os valores, as relações, o ambiente e as ideias sobre o objeto estudado. De acordo com Minayo (1994, p 21-23):

[...], a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...], ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos

processos e dos fenômenos que não podem ser traduzidos na operacionalização de variáveis.

Logo, fica claro que a pesquisa qualitativa se interessa pelo significado que as pessoas dão sobre suas ações e a forma como elas enxergam a sua atuação no dia a dia, pois esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social.

Ao identificar a relação da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia com a inclusão dos alunos com deficiências na UFRPE, busca-se compreender como essa relação se efetiva no cotidiano da vida acadêmica e de que maneira possibilitam a promoção e garantia da equidade no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência. A universidade pesquisada, além de obter uma boa pontuação no IGC (Índice Geral de Cursos) - o que demonstra uma boa qualidade no ensino -, também é referência na inclusão dos universitários.

Tal pesquisa é um estudo de caso, visto que procura analisar a contextualização e aplicabilidade de uma gestão de curso para inclusão de alunos com deficiência no dia a dia de uma universidade federal de Pernambuco. O estudo de caso é visto como um tipo de pesquisa onde “o pesquisador provavelmente irá revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.19).

2.1 O universo pesquisado

A pesquisa foi realizada em uma Universidade Pública Federal situada no Bairro de Dois Irmãos, a UFRPE. Tal instituição possui 107 anos de tradição em ensino, extensão e pesquisa no Estado e no país. Sua história secular é marcada, ao mesmo tempo, pela capacidade de inovação ao buscar contribuir com a superação dos problemas socioambientais e o desenvolvimento sustentável em projetos e pesquisas que envolvem as ciências tecnológicas, agrárias, humanas, sociais e exatas.

Inaugurada com os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, o novo perfil da Instituição abrange 59 cursos de graduação, incluindo Administração, Economia, Educação Física, Gastronomia, Sistemas de Informação, Ciência da

Computação e diversas Engenharias, no Campus Recife e nas Unidades Acadêmicas de Garanhuns (UFAPE), de Serra Talhada (UAST) e do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), além de Educação a Distância (UAEADTEC).

Composta por mais de 1200 professores, mais de mil técnicos e cerca de 17 mil estudantes (2020), a Universidade possui ainda estações avançadas de pesquisas, ou seja, *campi* situados no Litoral, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão de Pernambuco. No quesito infraestrutura, a UFRPE oferece à comunidade a Biblioteca Central (BC), com acervo de mais de 70 mil volumes, entre livros e folhetos, títulos de periódicos, filmes e documentários. A BC também está equipada com totens digitais de consulta a publicações e a outras informações institucionais, bem como computadores e aparatos para pessoas com limitações e deficiências.

Além disso, o Núcleo de Acessibilidade (NACES) foi instituído no ano de 2013, tendo suas atividades regulamentadas pela Resolução 172/2013-CONSU/UFRPE-. O Núcleo de Acessibilidade da UFRPE está diretamente subordinado à Reitoria e desenvolve as suas atividades em articulação com os Setores de Acessibilidade implantados nas Unidades Acadêmicas. Integra uma rede de Núcleos de Acessibilidade, comentada nas Instituições Federais de Ensino Superior por meio do “Programa Incluir”, e tem o papel de atuar na identificação de demandas e na proposição e dinamização de ações institucionais de Acessibilidade.

2.2 Sujeitos pesquisados

Como sujeitos da referida pesquisa, destaco a coordenadora e vice coordenadora atuantes no curso de Licenciatura em Pedagogia e assistente administrativa, assim como a coordenação e vice coordenação anterior, no período de 2018 a 2020. A participação das duas coordenações foi de grande valia para resultados mais consistentes, tendo em vista o momento atípico que a coordenação atual vive devido à pandemia da Covid-19 e, por consequência, um ano letivo com aulas não presenciais.

Tais sujeitos pesquisados, através das atividades cotidianas, administram a vida acadêmica dos alunos, incluindo os estudantes com deficiência. As

coordenadoras e auxiliar administrativa são identificadas por códigos, sendo uma maneira de manter a preservação de suas identidades, como por exemplo: CA (Coordenadora Atual); VCA (Vice coordenadora atual); C1 (Coordenadora anterior); C2 (Vice coordenadora anterior) e AA (Assistente Administrativa). Esta pesquisa foi realizada no ano de 2021.

Tabela: Caracterização dos sujeitos da pesquisa:

Sujeito investigado	Tempo de serviço na Universidade	Formação	Tempo de atuação com alunos com deficiência na carreira profissional
CA	3 anos.	Pedagoga, mestra e doutora em Educação.	13 anos.
VCA	12 anos.	Pedagoga, mestre e doutora em educação.	4 anos.
C1	12 anos.	Pedagoga, mestre em Educação, Doutora em Sociologia da Educação.	35 anos.
C2	8 anos.	Pedagoga, mestrado e doutorado em educação.	2 anos.

AA	6 anos.	Bacharela em Direito, Mestre em Gestão Pública.	6 anos.
----	---------	--	---------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Logo, a partir da aplicação de uma entrevista com as profissionais citadas acima – presente no Apêndice A e B -, foram coletados dados e informações que orientaram a presente pesquisa, além de nos direcionar para a coleta de dados bibliográficos que trouxeram fundamentações teóricas ao tema proposto. O questionário, composto por 10 perguntas, contribuiu para analisar como a gestão do curso de licenciatura em pedagogia, entendi a importância e os desafios da inclusão dos alunos com deficiências na instituição pesquisada, além de ampliar os olhares de uma maneira geral.

Na tabela, foi possível realizar a caracterização dos sujeitos da pesquisa, indicando o tempo de serviço na universidade, a formação e o tempo de atuação com alunos deficientes na carreira profissional de cada indivíduo entrevistado. Portanto, ao considerar o nível de formação e o tempo de atuação, concluímos que as profissionais têm propriedade para enriquecer a pesquisa através das suas percepções e pensamentos críticos que nortearam a problematização na análise dos dados.

Dentre eles, estão as suas opiniões sobre o que elas entendem por inclusão; sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência dentro da universidade, a perspectiva dos professores para com os estudantes com deficiências, além de demonstrarem as dificuldades de estarem gerindo uma universidade para todos pelo ponto de vista da inclusão.

2.3 Meios e instrumentos de coleta de dados

A pesquisa foi realizada por meio da análise documental, obtendo a compreensão de que os documentos representam uma fonte “natural” de informação. “Os documentos não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem em um determinado contexto e fornecem

informações sobre este” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.39). Neste sentido, foi consultado o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), documento orientador da concepção, organização e funcionamento do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE. Segundo o PPC (2018, p.14):

[...], o curso proporciona ao licenciando a iniciação à atividade de pesquisa e análise crítica das práticas pedagógicas, da cultura e dos saberes escolares e não escolares, incluindo-se os seus agentes, compreendidos como seres históricos determinados, mas também determinantes da e na realidade. O desenvolvimento dessas atividades é indispensável à formação do profissional pedagogo que exercerá suas ações numa sociedade com demandas complexas e, por isso, desafiadoras.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, onde a modalidade de entrevista:

[...] é aquela que contém questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, os quais interessam à pesquisa, oferecendo amplo campo de interrogativas, fruto das novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Os discursos dos sujeitos pesquisados sobre sua prática cotidiana e seu posicionamento, possibilitou o entendimento de como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência, o desenvolvimento e a participação desses alunos no processo de ensino e aprendizagem. Podemos compreender que toda pesquisa com entrevistas é um processo social, pois ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas na Metodologia de Análise.

2.4 Metodologia de Análise

Após a coleta de dados se faz necessário a análise destes e, dessa forma, adotamos a Análise de Discurso como metodologia para o tratamento dos dados, pois os seus procedimentos analíticos e princípios nos permite conhecer os sentidos contidos nos discursos dos diferentes sujeitos a serem pesquisados.

Na metodologia de Análise do Discurso (AD) considera-se não só o que é feito por meio da fala, como também dos gestos, das atitudes e até dos silêncios. É necessário analisar também a sociedade na qual o sujeito está inserido e o momento em que esse discurso está sendo produzido, ou seja, o seu contexto. Tal metodologia nos apresenta “uma maneira própria e particular de estudar a linguagem, procurando compreender o sentido desta enquanto trabalho simbólico, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009).

Assim, pudemos refletir sobre a relação estabelecida entre as falas dos sujeitos pesquisados, os próprios sujeitos e as situações onde esse discurso foi produzido, pois, de acordo com Orlandi (2009), “faz-se relevante relacionar a linguagem dos diferentes sujeitos e sua exterioridade, possibilitando refletir sobre como esta linguagem está materializada na ideologia e como está se manifesta no discurso dos diferentes sujeitos”.

Ainda conforme a autora, o dispositivo utilizado pela Análise de Discurso permite a comparação daquilo que é dito pelos sujeitos no momento da entrevista com aquilo que eles também não quiseram ou até mesmo não conseguiram falar, mas que possui, de toda forma, um significado.

CAPÍTULO III – Perspectivas da gestão do curso de pedagogia na inclusão de alunos com deficiências: avanços e desafios

*“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que
é de hábito como coisa natural, pois em tempo
de desordem sangrenta, de confusão
organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer
natural, nada deve parecer impossível de
mudar” (BRECHT, 1966, p. 18).*

Os resultados obtidos por meio do processo investigativo procuram responder ao problema e aos objetivos da pesquisa. Desse modo, o capítulo encontra-se estruturado em três blocos que tratam da concepção da gestão sobre a inclusão de alunos com deficiências, do acesso e permanência dos estudantes com deficiência no curso e, por fim, dos resultados sobre os desafios citados para a inclusão dos alunos com deficiência no curso de pedagogia.

3.1 Concepção da gestão sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior

Acredita-se que as verdades acerca das pessoas com deficiência são mutáveis. Se em tempos passados, como na época medieval, esse público era exterminado, escondido, ignorado; se em tempos mais remotos, como na modernidade, foi categorizado, classificado; na contemporaneidade, passa a ser compreendido como pessoa portadora de direitos, como qualquer outro, incluindo o direito à diferença. Contudo, o debate em torno do respeito ou do reconhecimento às diferenças representa um paradoxo frente aos preconceitos que têm sido disseminados na sociedade, em relação a aquele que é distinto. Ao afirmarmos uma identidade ou marcarmos uma diferença, estamos tratando de relações de poder e, nesse sentido, Silva (2014, p. 100) alerta que, “antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida”.

A gestão do curso de Pedagogia da universidade pesquisada, por exemplo, é composta por atores que precisam perceber os desafios encontrados pelos estudantes com deficiência antes, durante e após a realização da graduação. Logo, ter uma postura humanizada, estar aberto para garantir melhorias e influenciar as outras pessoas de forma positiva sobre a inclusão de tais alunos é mais do que necessário para que, de alguma forma, a diversidade dos indivíduos seja seriamente respeitada. Através do relato da entrevistada CA, podemos compreender que:

[...], a inclusão passa por diversos suportes e apoios das pessoas que são deficientes, por exemplo: a inclusão arquitetônica, atitudinal, instrumental, também em relação a organização didática, logo, não é só a acessibilidade do prédio, não é só a questão arquitetônica, é também uma questão de responsabilidade social, para que todos que cheguem ao curso - independente de serem deficientes ou não -, sintam-se em plenas funções para cursar seu curso e acessar o prédio, acessar os professores, acessar a metodologia... (CA)

A entrevistada VCA aborda que os alunos que se colocam como deficientes devem ser assistidos pela universidade e pelo próprio curso, na

medida em que eles se coloquem como necessitados desse atendimento, pois “acredito que a inclusão não passe só por medidas de incentivo, mas também por um olhar diferenciado pela diversidade do outro”. Além disso:

[...], às vezes existem diferenças que não são perceptíveis, mas que são diferenças, então eu acredito que a inclusão é feita a partir do nosso entendimento sobre a necessidade de todos estarem em um espaço onde possam usufruir do conhecimento, da interação uns com outros da melhor forma possível, onde todos possam se sentir pertencentes aquele grupo. (VCA)

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) estabelece que, no quesito acessibilidade, existe a Lei nº 10.098/2000, a qual determina as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência ou que apresentem mobilidade reduzida, independente de qual seja a sua deficiência (visual, locomotora, auditiva e etc.), através da eliminação de obstáculos e barreiras. Ainda segundo a lei:

[...], qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (PPC, 2018, p. 161).

No Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, há uma ampla discussão sobre a importância do NACES (Núcleo de Acessibilidade), criado no intuito de “propor, desenvolver e promover ações de acessibilidade para o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida” (PPC, 2018, p.162). Consequentemente, haveria a “remoção de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais existentes no ambiente acadêmico”. A entrevistada C1, por exemplo, aborda que a gestão administrativa pedagógica precisa considerar diversos aspectos que envolvem a inclusão de tais estudantes, como o tipo de deficiência, o nível, para identificar como é possível ajudá-lo pedagogicamente, além disso:

[...], a inclusão de estudantes com deficiência representa uma importante iniciativa da nossa universidade, em assumir uma missão institucional, em respostas às demandas da sociedade brasileira, a chegada ao ensino superior. Isso leva o estudante a

enfrentar uma realidade educacional nova, necessariamente mais complexa e, se tratando do curso de pedagogia, a exigência é ainda maior, visto que os estudantes estão em um processo de profissionalização para exercerem suas atividades na educação básica. (A1)

Através da perspectiva da entrevistada C2, é visto que a inclusão abrange vários processos, como os movimentos liderados pela coordenação e pelos professores no intuito de contribuir para permanência dos estudantes com deficiência ao longo do curso, como também:

[...], a gente sabe que ao longo de oito semestres, ou seja, de quatro anos, temos vários desafios no curso e os estudantes enfrentam esses desafios no dia a dia. Acredito que os estudantes com deficiência têm uns desafios a mais, então quando os profissionais se abrem para conversar e escutar, entender e ajustar suas metodologias e suas formas de dar aula, em virtude de um estudante com alguma especificidade, eu acredito que isso seja inclusão. (C2)

Ainda de acordo com o PPC, no que diz respeito ao atendimento dos estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim como ocorre com outros casos de discentes com necessidades educacionais especiais, o Núcleo de Acessibilidade (NACES) identifica o caso e encaminha para o atendimento pedagógico. Logo, o profissional de pedagogia:

[...], identifica as necessidades educacionais específicas do aluno com TEA, elabora o Plano de Atendimento Educacional Especializado contendo os recursos didáticos necessários que eliminem as barreiras pedagógicas existentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como realiza orientações educacionais específicas aos professores e alunos sobre as adaptações curriculares necessárias ao atendimento das necessidades educacionais do discente (PPC, 2018, p. 163).

Portanto, os estudantes de pedagogia também têm um papel primordial no processo de inclusão, pois antes de iniciarem as suas práticas profissionais na educação básica, precisam compreender e estimular o discurso de uma educação acessível para todos os indivíduos. Contudo, como ser um profissional que acolhe e dá suporte a uma criança com deficiência se, na própria formação, não houve

essa preocupação voltada aos seus colegas de graduação? A inserção social dos cidadãos com deficiência pode começar no desejo de enxergá-los como estudantes que merecem ter os seus direitos respeitados como qualquer outro.

Assim, pensar sobre a inclusão dos alunos com deficiência não inclui apenas às universidades, mas às mudanças na própria educação básica, ou seja, no ato de desenvolver mecanismos de acessibilidade desde o contexto infantil. Logo, a promoção de debates que incluam as famílias, os profissionais – da educação básica ou do ensino superior –, dos próprios estudantes com deficiência e, além disso, de outros indivíduos que estiverem dispostos a aprender mais sobre a inclusão de pessoas com deficiência, é uma importante iniciativa para que, dessa maneira, o conhecimento se torne uma estratégia de modificação das estruturas e desenvolvimento de novas iniciativas. A entrevistada CA comenta sobre a amplificação dos debates, afirmando que:

[...] Sobre a inclusão dos alunos no curso superior, eu acho extremamente importante a gente refletir e discutir, pois, se a gente for perceber, eles são uma parcela com menos acesso ao ensino superior, talvez porque a nossa escola base ainda não seja suficientemente preparada para que esses alunos cheguem ao ensino superior. Então, eu vejo que se a gente pensa na inclusão do ensino superior, a gente tem uma ideia também para pensar a nossa educação básica, né? Se não chegam lá, alguma coisa tá acontecendo na base. Se a gente é o topo, eu acho muito importante essa reflexão, muito interessante ter os dados disso daí, para gente repensar as nossas práticas, o que vai modificar diretamente a nossa organização pedagógica, já que nós estamos em um curso de formação de professores e esses professores vão trabalhar diretamente com essas crianças que são deficientes. (CA)

O PCC, por exemplo, do curso de Pedagogia da UFRPE estimula os docentes a trabalharem de maneiras múltiplas e diversas, ou seja, a promoção de atividades pedagógicas – como texto em braile, tradutor intérprete de libras, dentre outros – podem servir de referência para as possíveis práticas na educação básica dos graduandos da universidade. Além disso:

[...], para além das ações desenvolvidas pelo NACES, os professores também concebem que a acessibilidade deve considerar a heterogeneidade de características dos alunos para que se possa derrubar os obstáculos no processo de ensino aprendizagem, promovendo assim a efetiva participação do

estudante nas atividades pedagógicas e na apropriação dos conhecimentos e saberes que favoreçam uma formação integral no seu itinerário acadêmico (PPC, 2018, p. 154).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.12), na educação superior, se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Logo, é perceptível que há uma organização maior voltada à acessibilidade dos estudantes de IES do curso de Pedagogia, já que o NACES funciona como um canal de comunicação entre alunos com deficiência, professores e com a própria gestão do curso.

O núcleo de acessibilidade, em parceria com a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PREG), iniciou no mês de maio de 2019 o Programa Monitor Apoiador, no intuito de ampliar as ações afirmativas desenvolvidas na instituição e garantir a permanência de estudantes com deficiência dentro da Universidade. Além disso, diferente dos programas de monitorias tradicionais:

[...], o monitor apoiador tem um caráter diferenciado, nele os monitores acompanham estudantes com deficiência, realizando atividades que auxiliem o desenvolvimento acadêmico e social, tais como orientação e mobilidade dentro do campus, transcrição, leitura, adaptação de material pedagógico e reforço acadêmico, a depender das necessidades e especificidades de cada deficiência (Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019).

Além de que, as informações oferecidas pelo PPC (2018, p. 34) – incluindo a matriz curricular - demonstram que o curso de Pedagogia da UFRPE é destinado a formar futuros gestores, os quais precisam contribuir para a elaboração, implementação e coordenação de políticas, projetos e programas educacionais. O documento citado anteriormente é de enorme valia, pois norteia e nos apresenta as concepções de como se baseia o trabalho da gestão do curso, o qual deve consistir em identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com posição investigativa, a fim de contribuir para a inclusão nas relações sociais.

Apesar de existirem iniciativas que fortalecem a inclusão do estudante com deficiência na UFRPE e perceber que, ao longo das entrevistas, as profissionais

compreendem e defendem a importância do olhar tanto da gestão do curso, como também dos professores e alunos das instituições, é necessário discutir sobre as barreiras que ainda dificultam a permanência desses indivíduos no curso de graduação.

3.2 Acesso e permanência dos estudantes com deficiência no curso de pedagogia (presencial) UFRPE

O acesso ao Ensino Superior para pessoas com deficiência no Brasil ainda é recente devido às dificuldades enfrentadas por esse público em todo seu processo de escolarização desde o ensino básico, com barreiras existentes no acesso, na permanência e na conclusão do curso (BRITO; QUIRINO; PORTO, 2013; ROCHA; MIRANDA, 2009). Logo, é importante avaliar todo o contexto do indivíduo antes mesmo do seu acesso à universidade. O sistema de cotas, por exemplo, é um facilitador para que as pessoas com deficiência tenham tal oportunidade de ingresso, mas, infelizmente, a sua criação não apaga a ausência de suporte educacional básico necessário para haver, de fato, uma igualdade entre todos os cidadãos.

Ao levarmos em consideração as barreiras encontradas durante toda a vida educacional das pessoas com deficiência, a questão da acessibilidade é apontada como fundamental para que se possa criar, gerenciar e oferecer condições pedagógicas e instrumentais que as favoreçam no acesso aos ensinamentos pedagógicos (ALMEIDA; BELLOSI; FERREIRA, 2015).

Por que, ao chegar no ensino superior, ainda se observam limitações? O papel da inclusão deve ser descentralizado, tendo em vista que as universidades são compostas tanto pela gestão dos cursos quanto pelos próprios professores e alunos. Entretanto, nem todos estão dispostos a darem espaço para novos conhecimentos e para tentarem compreender realidades distintas. As possíveis melhorias só ocorrerão se o senso de comunidade for cobrado e, segundo a entrevistada CA:

[...], um dos desafios é a formação para trabalhar com os alunos deficientes, pois existe muita gente que precisa. Eu também entendo que os professores não têm como dar conta de tudo, a

gente vai nessa formação básica, se especializando, mas devemos incentivar os nossos alunos a procurarem estudar a educação inclusiva. A gente precisa ter esse conhecimento extra, pois o curso de graduação realmente não vai dar conta e eu acho que isso é uma das nossas limitações, além do que a gente tem limitações financeiras para adaptação e colocação de material próprio na nossa sala de aula a nossa disposição. Poderíamos ter computadores adaptados ou outros materiais em nosso meio que a gente pudesse manusear e não dependesse totalmente do NACES, ter mais formação em relação à palestra sobre adaptação de material, encontros com os alunos, de uma maneira geral, para pensar questões de acessibilidade e questões de inclusão, não só para os alunos deficientes. (CA)

A entrevista C2, ao falar sobre a sua experiência com alunos portadores de deficiência, cita que acompanha uma estudante com baixa visão e, segundo a orientação do NACES, realiza o processo de adaptação, além de que:

[...], a aluna tem dificuldade de interagir com o AVA, então as atividades são postadas por mim no WhatsApp, tenho um horário fixo semanal para falar com ela e para tirar as dúvidas. Acredito que ao longo da minha formação como pedagoga essa temática não esteve muito presente na minha perspectiva de formação, mas eu tive um colega ao longo do meu curso de pedagogia que era deficiente visual e foi com ele que a gente aprendeu a ajustar essas metodologias no cotidiano da sala de aula. Logo, eu acho que é um avanço a gente iniciar um curso já sabendo um pouquinho do perfil desses estudantes. (C2)

Apesar de existirem mecanismos que facilitam a inclusão dos alunos com deficiência, o debate sobre a manutenção destes nas universidades não pode ser ignorado. O que, de fato, explica o sentimento de exclusão que os sujeitos em condições diversas estão? A segregação educacional ainda é reconhecida nos ambientes institucionais? Bianchetti (1998, p. 69), por exemplo, explica que, se aceitarmos a desigualdade existente como “natural”, “irreversível” e “imutável”, como produto das limitações individuais, só alimenta uma relação de verticalidade entre as pessoas. Logo, a compreensão da deficiência deve ser considerada pelo viés social, que traz limitações, exclui e não se movimenta para que existem outras possibilidades de desenvolvimento educacional e intelectual.

Dessa forma, o acesso à informação é a via principal para que as universidades se tornem mais inclusivas, o que pode estimular uma melhora no

tratamento das pessoas com deficiência, como, por exemplo, na diminuição das falas e/ou atitudes preconceituosas, as quais revelam o chamado capacitismo, termo utilizado para conceituar um neologismo, segundo De Mello (2016, p. 5), que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência. Sobre a necessidade de uma modificação em conjunto, a entrevistada C1 afirma que:

[...], a gente precisa lembrar que precisamos contar com todas as pessoas: com os funcionários, com os professores e com os próprios estudantes. Nesse caso, os estudantes mesmo se ajudam, dependendo da dificuldade do colega eles podem se ajudar, além de que a coordenação também tem desenvolvido algumas ações no sentido de acompanhamento específico, atendimento em horário específico, trabalhos com a avaliação e desenvolvimento de atividades também específicos. (C1)

A entrevistada C2 traz uma perspectiva relacionada a uma representatividade generalizada, pois afirma que todos os jovens devem ser incluídos, com deficiência ou sem deficiência, de qualquer classe social, de qualquer movimento cultural ou qualquer especificidade. Além disso, entende a inclusão como um conceito mais amplo, além das deficiências em si, pois a inclusão é de todos e deve ser representada pela UFRPE.

A Lei 13.409/2016, a qual institui a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades federais através do sistema de cotas, tem como intuito abranger as oportunidades de conhecimento e no mercado de trabalho para tais indivíduos. Entretanto, deve-se ter em mente que a sua promulgação é recente e que, mesmo havendo a oportunidade de ingresso nas universidades, os estudantes com deficiência encaram outras dificuldades dentro das instituições. Será que eles se sentem realmente acolhidos e respeitados nos espaços acadêmicos?

A entrevistada CA afirma que o curso de Pedagogia da UFRPE é pensado para que todos possam cursá-lo de maneira efetiva e em sua totalidade, entretanto, é notado que, arquitetonicamente falando, precisa-se de uma melhoria na organização do prédio com rampas e sinalização, além de haver o diálogo dos professores e a preocupação constante de adaptação e organização desses professores aos alunos e a suas particularidades, dentre outras questões que podem ser repensadas e melhoradas.

Ademais, a pandemia da COVID-19 se tornou um novo empecilho para os estudantes com deficiência no que corresponde ao processo de ensino e aprendizagem, pois, de acordo com a entrevistada VCA, a gestão atual ainda não conseguiu vivenciar de perto as dificuldades e desafios da inclusão dos alunos, mas existem ações que tentam dar apoio aos estudantes, justamente para facilitar o entendimento da inclusão específica de cada aluno através do ensino remoto e dos meios digitais.

Sobre as dificuldades enfrentadas, como é possível influenciar e estimular os indivíduos que compõem as universidades a terem atitudes inclusivas? Albino e De Melo (2011, p. 3) declaram que a universidade enquanto espaço social e educacional reafirma o compromisso com a educação pública de qualidade, com direito à cidadania, à democracia e à justiça social, assumindo um novo caminho de responsabilidade pela cidadania e o dever de oportunizar a educação para todos. A partir disso, compreende-se que, apesar das barreiras estabelecidas, precisam ser encontradas maneiras de fortalecerem não só o ingresso, como a manutenção dos indivíduos com deficiência nas universidades. Novamente, a entrevistada VCA afirma que:

[...], é importante pensar sobre os sujeitos que queremos formar, qual sociedade queremos viver, qual escola queremos trabalhar, para então, a partir dessa perspectiva, refletir sobre a melhor forma de tratar o outro, de pensar o outro como respeito, com solidariedade, com justiça social, isso só traz melhorias e impulsiona outras pessoas a contribuírem por uma sociedade melhor. Então, se a gente quer que se reflita sobre a nossa prática pedagógica, reflita sobre a sociedade, temos que refletir sobre o respeito às diferenças, e isso inclui as diferenças pelas deficiências, sejam elas mental, física, social ou emocional. (VCA)

O PPC (2018, p. 164) estabelece que, com o objetivo de difundir informações e promover a sensibilização da comunidade universitária, o Núcleo de Acessibilidade vem estruturando um ciclo de campanhas em torno de temas relacionados às pessoas com deficiência e, em especial, às pessoas com transtorno do espectro autista. Além disso, em parceria com a PREG, o NACES vem articulando a realização de seminários temáticos e cursos de formação docente para abordagem e discussão das referidas questões.

Além dos obstáculos vistos anteriormente, existe a limitação de incentivos

financeiros voltados à acessibilidade dos indivíduos com deficiência nas universidades. O financiamento da educação pública, seja na educação básica ou no ensino superior, deixa a desejar e prejudica o desenvolvimento acadêmico dos alunos. Ou seja, como tal direito de inclusão pode ser garantido se a falta de incentivo financeiro impede a oferta dos materiais necessários? Sobre a questão mencionada acima, a entrevistada C1 enfatiza que:

[...], o núcleo de acessibilidade da Universidade é bastante atuante, se não atende como a gente almeja não é por questões de dificuldades deles, mas uma questão da própria instituição. É uma questão mesmo das condições que a universidade tem hoje e eu digo, principalmente nos dias atuais, que o governo tem o objetivo de dismantelar as universidades para poder privatizá-las. Logo, são cortes de verbas que são importantes para o atendimento de estudantes, de uma maneira geral, tornando-se um desafio duplamente maior para a universidade. (C1)

Por meio das entrevistas e pelas referências do PPC, pode-se perceber que a UFRPE se preocupa com a permanência dos estudantes com deficiência no curso de Pedagogia. O fato de haver um Núcleo de Acessibilidade que oriente e norteie tanto os alunos com deficiência como os outros sujeitos que compõe a universidade é algo que traz imensas contribuições, mesmo que ainda existem desafios que precarizem a acessibilidade e manutenção dos estudantes nas IES. A importância de superar tais obstáculos e dar espaço para o pleno desenvolvimento dos indivíduos em sua totalidade vai de encontro com os Direitos Humanos e com a Cidadania que deve ser estimulada em todos nós.

3.3 Desafios e perspectivas para inclusão de alunos com deficiência no ensino superior

O maior desafio para a inclusão de alunos no Ensino Superior é a compreensão e o respeito pela subjetividade de cada um. Todo ser humano contém as suas especificidades no que corresponde ao processo de ensino e aprendizagem e, quando se fala de alunos com deficiência, a resposta a essa diversidade se volta para a segregação e limitação destes indivíduos perante a sociedade.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), as instituições de

ensino devem ajudar os educandos com deficiências, no sentido de torná-los economicamente funcionais, provendo-lhe habilidades indispensáveis no cotidiano de suas vidas. Entretanto, quais são as perspectivas para que a educação brasileira, seja no ensino básico ou superior, se torne, de fato, inclusiva?

Ao longo do presente trabalho, é visto que, apesar dos inúmeros avanços, ainda são enfrentados diversos desafios na inclusão de alunos com deficiências no curso de pedagogia (presencial) da UFRPE. No entanto, o Núcleo de Acessibilidade (NACES) tem sido o alicerce para o desenvolvimento de práticas realmente inclusivas dentro da universidade, possibilitando a ressignificação dos recursos didáticos junto ao corpo docente do ensino superior, além de:

[...] auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com alguma deficiência ou necessidade educacional, por exemplo: material didático com letras ampliadas, texto em braile, tradutor intérprete de Libras, dentre outros. Frente ao exposto, no PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia, o currículo é construído levando em consideração a acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem (PPC, 2018, p.154).

A entrevistada VCA afirma como o NACES é um grande fortalecedor das políticas de inclusão dentro da UFRPE, sendo um grande apoio à coordenação e aos professores, porque eles têm meios que facilitam a atuação na área específica de pessoas com deficiência. O NACES entra como uma base potente para vincular a coordenação, o professor e os estudantes, estimulando a comunicação em libras, braile ou nas mídias.

Os desafios são enfrentados quando são percebidos e não ignorados, pois as modificações estruturais exigem um comprometimento constante de todos os indivíduos que compõem a universidade. Aos profissionais, por exemplo, cabe a iniciativa de observar e estar presente na rotina dos alunos com deficiência na universidade, buscando enxergá-los e definindo estratégias para que sejam preservadas a cidadania e a saúde física e mental destes estudantes. Segundo a entrevistada AA, uma gestão inclusiva é a que proporciona:

[...], e promove estratégias que fornecem diferentes recursos para atender as diferentes necessidades que cada indivíduo possui. Se

o estudante tem tal deficiência, ele precisa de tal estratégia, no intuito de gerar alternativas para que todo mundo possa usufruir de modo igual o ensino superior e as experiências acadêmicas. Uma gestão inclusiva para mim é uma gestão que se preocupa em proporcionar um ambiente de qualidade para todos os alunos. (AA)

Para a entrevistada C2, a gestão da UFRPE estabelece uma relação com o NACES e, a partir disso, cria-se um vínculo com os alunos e têm-se ciência sobre a situação de cada um deles. Por exemplo, as especificidades dos alunos ingressantes são passadas para nós através do NACES e, normalmente, a coordenação reúne os docentes via e-mail e realiza reuniões pedagógicas, convida o NACES para falar sobre estratégias, metodologias de ensino. Além disso:

[...], o NACES também já foi convidado várias vezes para falar com a coordenação e envia e-mails particulares para os professores ficarem atentos aos estudantes “x” ou “y” que obtêm essas especificidades, dá o contato do NACES, que faz todo apoio da estrutura pedagógica, dentro outros. Então, eu acredito que essas são as ações de caráter pedagógico mais presentes vistas de forma cotidiana no curso. (C2)

Entretanto, será que tais profissionais obtêm a competência necessária para o desenvolvimento de estratégias inclusivas dentro da universidade? O NACES é um importante núcleo que os auxilia no processo de inclusão, mas a formação desses educadores deu base para que eles soubessem manejar as aulas com um público diverso de alunos? Tal problematização é importante para que se questione as prioridades de uma matriz curricular de um curso de Licenciatura em Pedagogia. Como dito anteriormente, a mudança precisa vir do ensino básico e as pessoas que podem fortalecer tal mudança são os futuros profissionais. Para Leite, Leite e Prandi (2009, p. 188) é por isso que:

A inclusão educacional não pode ser entendida como o simples, ato da aceitação da matrícula de um educando.... A escola inclusiva se integra nesta perspectiva de escola aberta a todos, sendo fator de integração e inclusão dos alunos, inclusivamente sociocultural, e de professores que devem possuir competências que ultrapassam o mero domínio dos conhecimentos da sua área de saber.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de

45 milhões de brasileiros têm algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou certo tipo de incapacidade mental. E, de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP), dos 8,6 milhões de estudantes matriculados no Ensino Superior, 48,52 mil são pessoas com deficiência – o número representa 0,56% do total. Os dados citados representam a intensa falta de acessibilidade dos estudantes com deficiência às instituições de nível superior, mesmo com a instituição da lei de cotas ou quaisquer alternativas que facilitem tal acesso. Quais são as medidas que podem reverter esse quadro de desigualdade?

Não há problemas quanto à legislação voltada à inclusão das pessoas com deficiência, mas, o grande desafio, é fazer essa legislação vigorar. A ausência de políticas públicas efetivas e a falta de investimento do governo são questões que impedem a permanência e participação dos alunos com deficiência nas universidades, pois, de acordo com a entrevistada C1, um dos maiores desafios enfrentados pelas coordenações dos cursos e, no caso do curso de pedagogia, é a falta de recursos, como, por exemplo:

[...], para construções de rampas, pois nós já poderíamos ter essa estrutura há muito tempo, mas os recursos não chegaram e, principalmente, neste período de 2016 para cá é que não estão chegando mesmo. Pelo contrário, cada ano que passa é um assombro com os cortes dos orçamentos das universidades que estão sendo processados pelo atual governo. (C1)

Através das pesquisas bibliográficas, Da Silva (2016, p. 105) realizou uma entrevista com uma estudante com deficiência da UNESP e, segundo os seus relatos, afirmou ter sido procurada pela gestão da universidade para receber um auxílio no intuito de favorecer a sua participação nas aulas. No entanto, não foi observado esse tipo de financiamento no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFRPE, o que poderia ser uma importante forma de promover melhores condições no contexto universitário. Cabe aos estudantes reivindicarem os seus respectivos direitos ou tal iniciativa é de responsabilidade institucional?

Portanto, é necessário retificar que, apesar de existir o acompanhamento do NACES, o qual se preocupa em explicar quantos são os estudantes, quais são as deficiências e até caracterizar a situação de cada um, apenas o seu suporte

não é o suficiente.

Sobre os desafios encontrados por uma coordenação atuante para incluir os alunos com deficiência, a entrevistada C1 aborda que o trabalho em conjunto com o NACES é uma série de encontros com os professores, onde eles poderão tirar dúvidas, dar sugestões, além de haver a entrega de textos que deverão ser trabalhados em sala, para que:

[...] O NACES faça a tradução para libras e entregue o material traduzido na coordenação. Assim, entramos em contato imediato com os estudantes para eles não perderem o trabalho na sala de aula. O NACES, infelizmente, tem uma equipe muito pequena para um atendimento gigantesco, por isso nós, professores, fazemos o possível para atender a esses estudantes colocando outros colegas para discutir os textos sobre aquilo que ainda não foi possível alcançar. Além disso, colocamos horários específicos e até mesmo os estudantes, por exemplo, com deficiência visual, se juntam e tentam superar as suas dificuldades. (C1)

Dessa maneira, o NACES é para ser visto como um facilitador, mas não a única plataforma de acessibilidade existente para o curso de pedagogia da UFRPE. Inclusão, no entendimento de Werneck (1997), “diz respeito a um movimento de toda a sociedade que se quer inclusiva, apresentando regras bem definidas”. Logo, as mudanças estruturais englobam uma série de fatores e, no caso do Ensino Superior, é importante que se torne um ambiente rompedor de barreiras e estigmas relacionados a um grupo marginalizado, no intuito de evitar a segregação e invisibilização destes. De acordo com as perspectivas da entrevistada C2:

É no diálogo com esses alunos que a gente percebe como eles se sentem participantes e integrados na nossa organização, né? As demandas que nós temos são questões de responsabilidade social, porque olhar essas questões de inclusão não é algo pontual para o aluno deficiente, ela é pensada na coordenação de pedagogia e de uma maneira geral – tanto para o aluno com deficiência quanto para todos os alunos que veem a inclusão como algo necessário. (C2)

No PPC, pelo o que foi analisado, não há questões relacionadas aos desafios e perspectivas da gestão na inclusão dos alunos com deficiência na

UFRPE, ou seja, é necessário que tal ausência seja vista de forma crítica. As problemáticas trazidas anteriormente atreladas às análises das entrevistas e das bibliografias têm o intuito de criar uma movimentação nas estruturas tanto do PPC quanto da sociedade. Portanto, esclareço que tal documento é de grande utilidade para que, assim, as bases sejam estruturadas e organizadas de acordo com as propostas do curso de Pedagogia; mas, de toda forma, é preciso ter em mente que novas ideias podem ser apresentadas, tendo em vista que o PPC foi publicado no ano de 2018.

Por fim, acreditamos que a escuta das perspectivas dos alunos seria uma boa alternativa para a ampliação dos olhares frente às demandas que surgem quando se fala sobre a inclusão de indivíduos com deficiência, pois são eles os sujeitos impulsionadores das discussões e que, de fato, vivenciam as desigualdades refletidas ao longo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, considerou-se a gestão pelo viés do processo de inclusão de alunos com deficiência no curso de pedagogia da UFRPE. O principal objetivo foi analisar a gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia desta instituição em relação à inclusão dos alunos com deficiências. A partir dos dados coletados pudemos notar que a UFRPE busca dar conta da inclusão dos alunos com deficiência, embora, em certa medida, faltem recursos, estrutura física e mais profissionais comprometidos com a inclusão.

Sobre a relação entre a gestão e a inclusão, chega-se à conclusão de que ainda há muito a ser discutido e construído. Sabemos que este não é um problema específico do espaço estudado: o processo de inclusão no ensino superior, apesar de ter avançado, ainda tem muito a ser adequado e melhorado para esses alunos. As adaptações parecem ocorrer à medida que a universidade tem possibilidades e conforme o apoio que recebe. Logo, percebe-se que a gestão atuante no ensino superior exerce um papel fundamental nessa articulação. Foi possível verificar que os profissionais da gestão participantes da pesquisa apresentam concepções similares a respeito da inclusão de alunos com deficiência. A partir de suas opiniões foi constatado que mediante maior apoio,

recursos e profissionais que busquem incluir em sua prática diária, a inclusão poderá acontecer de forma efetiva.

Apesar de possuir avanços significativos, o tema da pessoa com deficiência ainda esbarra em diversas questões que foram observadas não somente pela contribuição de estudiosos do assunto, como também do recolhimento dos dados obtidos nas entrevistas. Quando lançamos mão da discussão sobre inclusão, pessoas com deficiência e educação superior, notamos como é um caminho repleto de desafios.

A partir da análise das entrevistas da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia da universidade pesquisada, em relação à inclusão dos alunos com deficiências, pôde-se notar que há um esforço por parte dos funcionários e gestores de incluir a pessoa com deficiência de modo que o olhar se atente para o Outro. O “Outro” aqui é um sujeito, uma pessoa que possui particularidades como qualquer outro estudante considerado “comum”.

As respostas obtidas nas entrevistas estão imbricadas com nosso propósito de identificar a concepção da gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a inclusão dos estudantes com deficiências. A seguir trazemos dois objetivos que se complementam, como: verificar na gestão do curso os caminhos para democratização, acesso, qualidade e permanência no curso; compreender os desafios e perspectivas da gestão do curso, sobre a educação inclusiva no Ensino Superior.

De acordo com a entrevistada C2, é no diálogo entre coordenação, corpo docente e discente que ocorre a abertura para a escuta e a fala, de modo que metodologias possam ser repensadas ou ajustadas, bem como os métodos avaliativos, as aulas etc. Essa postura tem a ver com o que a entrevistada VCA enxerga como o papel do pedagogo, que é pensar sobre a sociedade e colocar em pauta a discussão sobre o respeito às diferenças, independente se a pessoa possui alguma deficiência ou não.

No entanto, não basta apenas ser uma gestão inclusiva, notamos que há outros fatores que impedem o êxito do trabalho de quem se preocupa em melhorar as condições das pessoas com deficiência. Para a entrevistada C1, mesmo com a atuação presente do núcleo de acessibilidade da Universidade, há dificuldades enfrentadas por causa da própria instituição. Para ela, os cortes

recorrentes de verba duplicam o desafio para o atendimento ao estudante e também no respaldo físico e mental destes estudantes, que às vezes podem ficar desassistidos em meio a tantas demandas recebidas pelo NACES. Ainda segundo a entrevistada C1, um dos maiores desafios enfrentados pelas coordenações dos cursos e, no caso do curso de pedagogia, é a falta de recursos.

Vale salientar que quando se fala em inclusão e acessibilidade não se pode abordar apenas as questões de estrutura e acesso físico. No Ensino Superior, conforme verificamos nas entrevistas, as barreiras são diversas, podendo abranger outros aspectos que precisam ser considerados em sua totalidade a fim de receber e manter o aluno com deficiência até a conclusão do curso. Há muito o que ser feito em termos estruturais, físicos e principalmente nas ações pedagógicas e na gestão, uma vez que são essas as grandes responsáveis pela inclusão desse público no ensino superior.

Em suma, ao olhar para os relatos das entrevistadas e para as condições, de uma maneira geral, das pessoas com deficiência no Brasil, chegamos à conclusão de que não basta existir leis que promovam a inclusão, a diversidade, o acesso e a acessibilidade, falta, também, meios que contribuam para que a normatização se torne uma prática cotidiana. Talvez a palavra “cotidiano” defina bem o que deveria existir: aquilo que existe todos os dias. A inclusão poderia, muito bem, fazer parte do cotidiano de toda a sociedade.

Nesse sentido, nossa pesquisa tem buscado contribuir para qualquer pessoa interessada nos debates sobre as pessoas com deficiência no ensino superior. A partir das reflexões, conclui-se que a relação da gestão com a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior é um tema que possibilita amplas pesquisas, por tratar-se de uma temática que influencia, significativamente, na formação de educandos por todo o país. No mesmo grau de importância, que infelizmente nos limites desta monografia não pôde ser abordado, estaria a possibilidade de futuramente discutir o tema da inclusão pelas perspectivas dos próprios alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALBINO, B.I; DE MELO, V.L.R.F. **Inclusão do estudante com deficiência no Ensino Superior: algumas reflexões**. Natal/RN, v.8, n. 2, jul./dez. 2011.

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica?** In: OMOTE, S. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.

ARAÚJO, A.L. **Mais de 6,5 milhões de universitários são de instituições particulares**. Disponível em: <https://www.correioabraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2020/10/4884255-mais-de-65-milhoes-de-universitarios-sao-de-instituicoes-particulares.html>. Acesso em: 06.10.2021. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei no 9.393/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília/DF, Diário Oficial da União, 1996.

_____. Secretaria de Educação Superior. Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República. **Inclusão no ensino superior recebeu investimentos de R\$ 17 milhões**. Em Questão. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/emquestao393/html>>. Acesso em 22 fev. 2021.

_____. LDB nacional. [Recurso eletrônico]: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 11.ed. Brasília: Câmara dos Deputados: edições Câmara, 2015. (Série Legislação, n.159)

CABRAL, U. **Um em cada quatro idosos tinha algum tipo de deficiência em 2019**. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31447-um-em-cada-quatro-idosos-tinha-um-tipo-de-deficiencia-em-2019>>. Acesso em: 05.10.2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>. Acesso em 10 jul. 2021.

_____. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

DA SILVA, C.K. **Condições de Acessibilidade na Universidade: o ponto de**

vista de estudantes com deficiência. Marília, São Paulo, 2016.

DE MELLO, G.A. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo a preeminência capacitista e biomédica do comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.** Florianópolis, 2016.

FERRARI, Marian A. L; SEKKEL, M.C. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio.** Psicol. cienc. prof. [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, M.L.L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** In. Comunicações caderno do programa de pós-graduação em educação. Ano 10, nº1, Rio de Janeiro, 2003.

JANELA, Afonso Almerindo. **Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve dicotomia.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE). Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre: ANPAE. V.26, n 1, p.13-30, jan-abr. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LÜCK, H. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006, Série: Cadernos de Gestão.

_____. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2006, Série: Cadernos de Gestão.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios e perspectivas.** . In: BRASIL. Ensaio pedagógicos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MENDONÇA, A. W. **A Universidade no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.14, p.131-150 maio/ago, 2000.

MICHELOTTO, Regina Maria et al. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula.** Educ. rev. [online], n.28, pp.179-198, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ:

Vozes, 1994.

MOEHLECKE, S. **Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior: Excelência e Justiça Racial**. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, João F; TOSCHI, Mirza S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PRANDI, L.R. et al. **Inclusão Educacional no Ensino Superior: principais desafios e perspectivas contemporâneas em educação**. Akropolis Umuarama, v. 20, n. 2, p. 113-123, abr./ jun. 2012.

_____. **Núcleo de Acessibilidade e Pró-Reitoria e Ensino realizam formação para o Programa Monitor Apoiador**. Disponível em: < http://ufrpe.br/br/content/n%C3%BAcleo-de-acessibilidade-e-pr%C3%B3-reitoria-de-ensino-realizam-forma%C3%A7%C3%A3o-para-o-programa_monitor>. Acesso em: 05.09.2021. Recife, 2019.

REIS, L. F. S. O. DOS; MELO, F. R. L. V. DE. **O acesso da pessoa com deficiência ao Ensino Superior: estado da arte sobre reserva de vagas**. Revista de Casos e Consultoria, v. 11, n. 1, p. e11135, 13 dez. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Mídia e deficiência. Brasília: andi/Fundação banco do brasil, p. 160-165, 2003.

SILVA, S. **Diversidade e exclusão: a sensibilidade de quem as vive. Construindo alternativas de política de inclusão**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>. Acesso em 10.10.2021.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez. 2006.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades**

educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Olhares...** In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 23-38, 2007.

VELLOSA, S.C.L.; MANZOLI, L. **As tendências educacionais politizadoras do processo inclusivo: acertos e desacertos.** Revista online de Política e Gestão Educacional, n.6, 2009.

WELLICHAN, D. da S. P.; SOUZA, C. da S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 146–166, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9786. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786>. Acesso em: 15 out. 2021.

WORLDBANK. Brazil: **Higher Education Sector Study (Estudo do setor de nível superior)**. Report nº19392-BR. Human Development Department. Latin America and the Caribbean Regio. Washington: Worlbank, 30 de jun. 2000.

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista com as coordenadoras e vice coordenadoras do curso de pedagogia (presencial) da UFRPE-Sede

I Dados da Identificação:

- 1 Identificação:.....
- 2 Tempo de serviço na Universidade:.....
- 3 Formação:.....
- 4 Tempo de atuação com alunos deficientes na carreira profissional:.....

II Roteiro da Entrevista:

1. O que você entende por inclusão de alunos com deficiência no curso de pedagogia (presencial) da UFRPE?
2. Quem são os sujeitos que na sua concepção precisam ser incluídos ao chegarem como estudante no curso de pedagogia da UFRPE?
3. Existem benefícios no seu entendimento que a gestão do curso de pedagogia da UFRPE promove ao realizar a inclusão dos alunos com deficiências? Quais?
4. Qual a importância da reflexão e realização da inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior de forma geral?
5. E o que você entende por uma gestão administrativa-pedagógica da coordenação do curso de pedagogia da UFRPE que tem um olhar inclusivo na sua atuação?
6. Que ações são realizadas pela coordenação do curso de pedagogia para com os professores que compõem o seu quadro, visando contribuir de forma atuante com o ensino-aprendizagem de alunos com deficiência?
7. Qual a importância da relação do NACES (Núcleo de acessibilidade) com a coordenação do curso de pedagogia da UFRPE para a inclusão dos alunos com deficiência?
8. Quais propostas estão presentes no (PPC) Projeto Pedagógico do curso de pedagogia (presencial) da Universidade estudada que no seu olhar atendam as especificidades de aprendizagem de alunos com deficiências?
9. Como se dá o processo de inclusão de jovens alunos com deficiência em sala de aula do curso de pedagogia (presencial) da UFRPE? Você teria como pontuar avanço (os)?
10. Na sua opinião, qual o desafio (os) presente enfrentado (os) para realizar-se de fato a inclusão dos alunos com deficiência no curso de pedagogia da UFRPE?

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista com a auxiliar administrativa da coordenação do curso de pedagogia (presencial) da UFRPE-Sede

I Dados de Identificação

- 1 Identificação:.....
- 2 Tempo de serviço na Universidade:.....
- 3 Formação:.....
- 4 Tempo de atuação com alunos deficientes na carreira profissional:.....

II Roteiro da entrevista:

- 1 Para você, o que é incluir um estudante com deficiência no ensino superior de forma geral?
- 2 E o que seria uma gestão inclusiva no curso de pedagogia (presencial) da UFRPE?
- 3 Como se dá o atendimento da coordenação do curso de pedagogia (presencial) aos alunos que possuem algum tipo de deficiência?
- 4 Que ações são realizadas pela gestão do curso de pedagogia no enfrentamento à discriminação de seus estudantes com deficiência?
- 5 Na sua opinião, como se dá o processo de inclusão de jovens alunos com deficiência em sala de aula de ensino superior de forma geral?
- 6 Que ações são promovidas para garantir o acesso e permanência de estudantes com deficiências no curso de pedagogia que você presencia?
- 7 Como se dá o processo de acompanhamento da inclusão de estudantes com deficiências no curso, desde sua matrícula até seu desenvolvimento em sala de aula?
- 8 Para você, quais os desafios enfrentados por uma coordenação atuante para implementar a inclusão de seus alunos com deficiências?

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Cumprimento Sr./Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada **GESTÃO E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFRPE**, integrante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal, **ANALISAR A GESTÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFRPE EM RELAÇÃO A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS** e será realizada por **MIKELLY ALICE MARIA DA SILVA**, estudante do referido curso. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista, com um questionário, com utilização de recurso de gravação de áudio pôr WhatsApp a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participarei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do/a participante

Impressão do dedo polegar caso o/a participante não saiba assinar.

Assinatura do/a pesquisador/a